



DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

Aveiro | Coimbra | 2019

UA Editora – Universidade de Aveiro

Imprensa da Universidade de Coimbra

**DA PHARMACOPEA LUSITANA À FARMACOPEIA
PORTUGUESA: UMA VIAGEM PELA HISTÓRIA
DO LIVRO FARMACÊUTICO (SÉCS. XVIII-XXI)**

**PHARMACOPEA LUSITANA TO FARMACOPEIA
PORTUGUESA: A JOURNEY THROUGH THE HISTORY
OF A PHARMACY TEXTBOOK (18TH-21ST CENTURY)**

João Rui Pita, Victoria Bell¹

Resumo: Os autores fazem uma breve história das farmacopeias portuguesas desde o século XVIII ao século XXI. Em 1704 foi publicada a primeira farmacopeia portuguesa – a *Pharmacopea Lusitana*. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*. De finais do século XVIII até hoje foram publicadas diferentes farmacopeias oficiais que traduzem uma preocupação significativa do Estado na preservação da saúde privada e pública. As farmacopeias, pela sua enorme complexidade são, também, fontes muito relevantes para investigações em história da farmácia, da medicina e da ciência.

¹ Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20 – Universidade de Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública): jrpita@ci.uc.pt; victoriabell@ff.uc.pt

Palavras-chave: Farmacopeias; História da Farmácia; História do Medicamento

Abstract: The authors present a brief history of Portuguese pharmacopoeias from the 18th to the 21st century. The first Portuguese pharmacopoeia, *Pharmacopea Lusitana*, was published in 1704. In 1794, the first official Portuguese pharmacopoeia, *Pharmacopeia Geral*, was published. The numerous official pharmacopoeias published from the late 18th century to the present illustrate the state's interest in public and private health. Pharmacopoeias, due to their complexity, are an invaluable research source for the history of pharmacy, medicine and science.

Keywords: Pharmacopoeias; History of Pharmacy; History of Medicines

Introdução²

O estudo das farmacopeias tem despertado o interesse entre historiadores e tem constituído assunto de significativa importância em diferentes estudos realizados por conceituados investigadores da história da farmácia e da medicina. A investigação realizada nessas obras permite conhecer importantes pormenores sobre a farmácia e medicina de cada época. Os estudos sobre farmacopeias permitem, também, contextualizar a ciência, em particular a ciência da farmácia e dos medicamentos, na conjuntura política, económica, social e cultural.

As farmacopeias são livros que ao longo da história têm regulado a produção dos medicamentos, o controlo analítico das drogas e dos medicamentos, as técnicas operatórias, etc. As primeiras farmacopeias incluíam um conjunto vasto de matérias-primas necessárias para a produção dos medicamentos e um conjunto variado de fórmulas de medicamentos. Em linhas gerais era esta a constituição das primeiras farmacopeias portuguesas que inicialmente eram redigidas por iniciativa individual e que a partir do século XVIII passaram a ser escritas por indicação e tutela do Estado – as farmacopeias oficiais. As farmacopeias são decisivas na seleção e controlo das matérias-primas, bem como na parte tecnológica, e relacionam-se diretamente com a saúde pública pois representam a preocupação ou tutela do Estado na saúde da população. As farmacopeias oficiais têm, por isso, um papel decisivo no controlo exercido pelo Estado na saúde privada e pública³.

² Investigação integrada nas atividades de pesquisa do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 e do Laboratório de Sociofarmácia e Saúde Pública da Faculdade de Farmácia. Universidade de Coimbra.

³ Veja-se uma síntese geral das farmacopeias portuguesas em João Rui PITA, “Brief history of Portuguese pharmacopoeias”: <https://histpharm.org/working-group-history-of-pharmacopoeias/>. Neste *site* estão incluídos diversos estudos sobre a história

Em Portugal, em 1704, foi publicada a *Pharmacopea Lusitana*. Esta obra marca o início da história das farmacopeias portuguesas. Até 1794 as farmacopeias publicadas em Portugal foram farmacopeias não oficiais. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, que marca o início de uma história com mais de duzentos anos de farmacopeias oficiais em Portugal⁴.

A publicação da primeira farmacopeia portuguesa – a *Pharmacopea Lusitana*

Em 1704 foi publicada a primeira edição da *Pharmacopea Lusitana*⁵, com o subtítulo *Methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais*. Foi seu autor o religioso D. Caetano de Santo António, do

das farmacopeias a nível mundial no âmbito do projeto de investigação em rede intitulado “Working Group History of Pharmacopoeias”, no âmbito das atividades científicas da International Society for the History of Pharmacy (ISHP), e que tem como investigador responsável François Ledermann (Universidade de Berna, Suíça). Colocado *on-line* em: 31 de julho de 2017.

⁴ Entre alguns estudos mais antigos sobre as farmacopeias portuguesas citem-se: R. FOLCH Y ANDREU, “As farmacopeias portuguesas”: *Notícias Farmacêuticas* 10.3-4 (1943), pp. 201-253; Joaquim ROSENDO, *Farmacopeias portuguesas*. Lisboa, Ed. Lab. Vicente Ribeiro & C., 1952; Jorge GAMA, “Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa”: *Anais Azevedos* 5.5 (1953), pp. 259-267; Luís de PINA, “A ‘Farmacopeia’ de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)”, in *Actas do II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia*, vol. 3. Porto, 1952, pp. 793-807; Luís de PINA, *No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense, de António Rodrigues Portugal (1766-1966)*. Sep de *O Médico*, 847, 1967; A. C. Correia da SILVA, “Frei João de Jesus Maria e a Farmacopeia Dogmática”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.3 (1979), pp. 272-279; José A. Damas MORA, “Breve nota sobre as farmacopeias escritas em português”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.4 (1979), pp. 358-363; F. Carvalho GUERRA, A. Correia ALVES, “Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 815-834.

⁵ D. Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Joam Antunes, 1704. Assinala-se, também, a publicação da edição em fac-simile: *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, edição coordenada por João Rui Pita.

Mosteiro de Santa Cruz da cidade de Coimbra. A obra foi editada em Coimbra por João Antunes. Esta é considerada a primeira farmacopeia portuguesa, uma farmacopeia editada em Portugal, redigida por um boticário português e em língua portuguesa.

D. Caetano de Santo António (? -1730) nasceu em Buarcos, Figueira da Foz, e terá entrado para a vida religiosa em 1698. D. Caetano de Santo António foi boticário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde exerceu a arte de botica e foi aqui que concebeu e escreveu a *Pharmacopea Lusitana*.

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra tinha uma prestigiada botica. Em Portugal podem assinalar-se outras boticas conventuais de prestígio. É o caso, por exemplo, das boticas Convento da Ordem de Cristo, de Tomar; do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa⁶; do Convento de Maфра; do Convento de S. Domingos, em Lisboa, Aveiro e Batalha.

D. Caetano de Santo António deixou Coimbra e foi para Lisboa para o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Em 1709 já vivia em Lisboa e foi nesta cidade que redigiu as edições seguintes da *Pharmacopea Lusitana*, em 1711⁷ e em 1725⁸. Em 1754⁹ foi publicada uma edição póstuma da *Pharmacopea Lusitana*, pois D. Caetano de Santo António havia falecido em 1730.

A *Pharmacopeia Lusitana* traduz a importância da farmácia conventual naquele período e de modo muito particular em Portugal. Destacaram-se vários boticários conventuais portugueses que ti-

⁶ J. P. Sousa DIAS; João Rui PITA, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de São Vicente de Fora* (catálogo de exposição). Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.

⁷ Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 2.^a ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1711.

⁸ Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 3.^a ed. Lisboa, Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.

⁹ Caetano de SANTO ANTÓNIO, *Pharmacopea Lusitana*. 4.^a ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754.

veram extremo interesse pela arte farmacêutica e que nos legaram várias obras escritas. Assinalem-se, por exemplo, os nomes de João Loureiro, João de Jesus Maria, Cristóvão dos Reis, Mariano da Conceição Veloso, etc.

Apenas como exemplo podemos referir que a biblioteca médica e farmacêutica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era uma biblioteca muito rica em obras farmacêuticas, o que demonstra o interesse daquela instituição por aquelas matérias científicas¹⁰.

Em 1703, a *Pharmacopea Lusitana* já estava redigida. Apresenta um total de 431 páginas (para além de 8 folhas de introdução e 12 folhas de índices). O autor escreveu as várias razões que o motivaram a escrever aquela obra. Desde logo, a necessidade de existir em português uma farmacopeia; por outro lado, facilitar o acesso a uma farmacopeia em língua portuguesa aos boticários que em Portugal praticavam a arte de botica¹¹. Mas Caetano de Santo António referia ainda que era importante colocar à disposição dos boticários portugueses uma farmacopeia de fácil acesso e que substituísse os apontamentos escritos por boticários portugueses habitualmente com muito pouco rigor¹².

¹⁰ Vejam-se fortes indicadores da riqueza na biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na obra *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985.

¹¹ Refira-se que tudo parece indicar que eram poucos os boticários portugueses que liam em latim, sendo em latim que muitas obras estavam escritas.

¹² João Rui PITA, “A Pharmacopea Lusitana de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’”, in *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, pp. IX-XXV; Maria Fernanda de BRITO, “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 10 (1996), pp. 56-57; Maria Celina PARENTE, “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998), pp. 46-47; João Rui PITA, “Os 300 anos da primeira farmacopeia portuguesa. A publicação da *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António”: *CentroBeira Informação* 4 (2004), pp. 20-24; João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos”: *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 19 (2005), pp. 85-94; João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)”, in Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Mosteiro e saúde – Cerca, botica e*

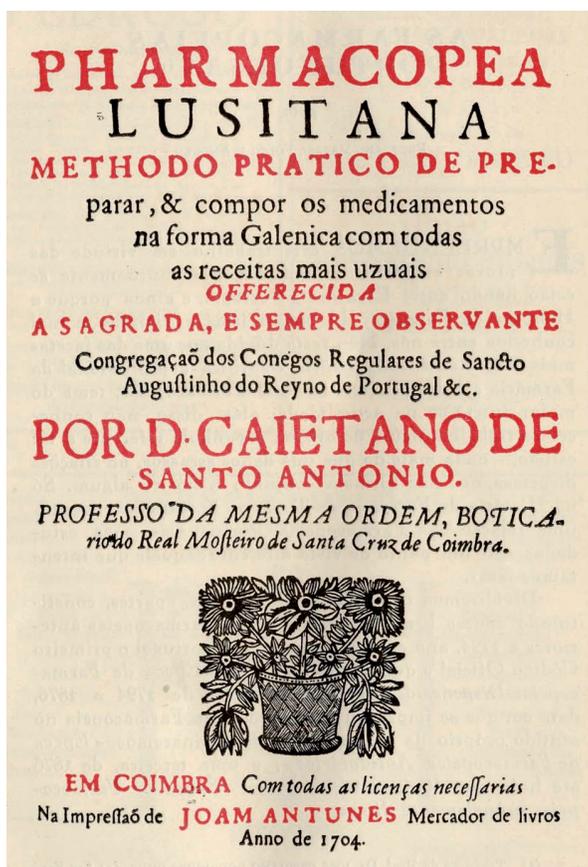


Figura 1 – Frontispício da *Pharmacoepia Lusitana*

D. Caetano de Santo António tomou como base para redação da sua *Pharmacoepia Lusitana* muitos autores importantes da época. Recorreu a autores clássicos árabes e europeus, como Amato Lusitano, Andrés Laguna, André Matíolo, Aristóteles, Arnaldo de Vilanova, Avenzoar, Avicena, Cristóvão da Costa, Dioscórides, Duarte Madeira, Galeno, Gabriel Falópio, Garcia de Orta, Johann

enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões, 2008, pp. 95-107.

Zwelfer, João Curvo Semedo, João de Vigo, Luís de Oviedo, Mesué, Monardes, Rhazés, Silvio, Teofrasto, Zacuto Lusitano, etc. Contudo, o francês Nicolas Lémery (1645-1715) não é referido¹³. Porém, este boticário era muito importante na época e um forte defensor da farmácia química que então emergia no campo da preparação dos medicamentos. Lémery era importante na medida em que constituía uma referência na farmácia química, tendo publicado obras que parecem ter sido referências marcantes na farmácia europeia como, por exemplo, o *Cours de Chymie* (1675), a *Pharmacopée Universelle* (1697), o *Traité universel des drogues simples* (1698). A maior influência na *Pharmacopea Lusitana* é do autor árabe Mesué, que apresenta quase um terço das preparações indicadas na obra. Na sua primeira edição, a *Pharmacopea Lusitana* era essencialmente uma farmacopeia galénica e não uma farmacopeia química moderna, o que o autor tentou ultrapassar com a segunda edição publicada em 1711. Nesta edição, a obra já tem uma orientação galénica e química. Nas monografias das drogas, as de origem americana não vêm descritas na primeira edição, embora a *Pharmacopea Lusitana* contenha fórmulas com drogas americanas, como é o caso, por exemplo, do Xarope de Salsaparrilha.

O longo trajeto das farmacopeias não oficiais: de 1704 a 1794

Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*. Em Portugal, nos noventa anos entre 1704 e 1794, foram publicadas muitas outras farmacopeias com dimensões, interesses e objetivos diversos: umas com maior orien-

¹³ J. P. Sousa DIAS, João Rui PITA, “L’influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII^{ème} siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d’histoire de la pharmacie* 300 (1994), pp. 84-90.

tação para boticários e outras com maior interesse para médicos. Algumas com maior variedade de fórmulas e com um leque mais diversificado de drogas e outras com estas vertentes mais reduzidas.

Assim, em 1713, D. Caetano de Santo António traduziu a *Pharmacopea Bateana*, de Jorge Bate (1608-1668), médico inglês que foi protomédico do monarca Carlos II, de Inglaterra. Esta obra teve nova edição em 1763¹⁴.

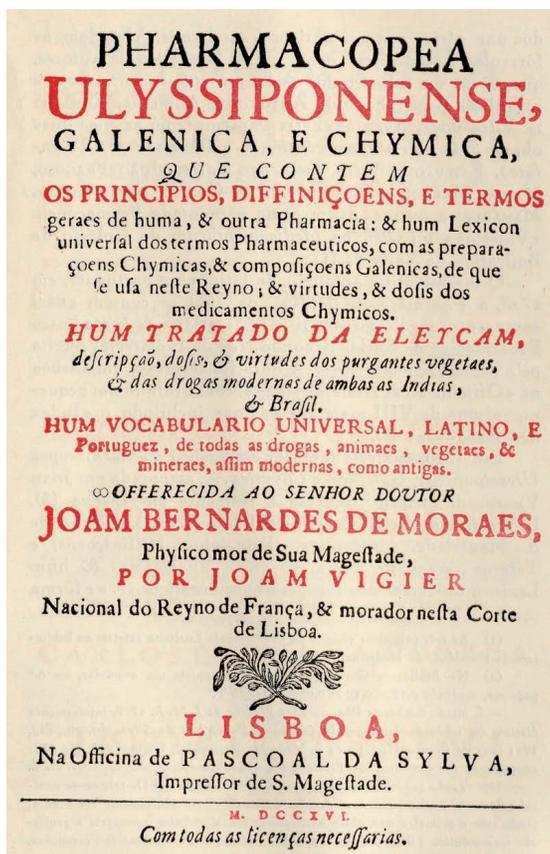


Figura 2 – Frontispício da *Pharmacopea Ulyssiponense*

¹⁴ Maria Celina PARENTE, “Farmacopeia Bateana”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999), pp. 38-40.

Em 1716, foi publicada a *Pharmacopea Ulyssiponense*, de João Vigier (1662-1723)¹⁵. Este deixou a França e fixou-se em Portugal no século XVIII, exercendo no nosso país durante algum tempo a arte farmacêutica, mas destacando-se essencialmente como droguista. A *Pharmacopea Ulyssiponense* foi a primeira obra desse tipo em Portugal que tratou organizadamente da preparação de medicamentos químicos. A primeira edição da *Pharmacopea Tubalense*¹⁶, redigida por Manuel Rodrigues Coelho (1687?-1752?), foi publicada em 1735. Rodrigues Coelho era natural de Setúbal e boticário da Corte portuguesa. Esta obra teve outras partes publicadas em 1751 e mais tarde outra edição, em Roma, em 1760¹⁷. Pensa-se que esta farmacopeia foi a de maior circulação em Portugal durante o século XVIII e teve como base autores de referência como Lémery, Mesué e o português João Curvo Semedo (1635-1719), médico formado pela Universidade de Coimbra e autor da famosa *Polyanthea Medicinal* (1695). A *Pharmacopea Tubalense* tenta conciliar os medicamentos galénicos com os medicamentos químicos.

Em 1766 foi publicada a *Pharmacopea Portuense*. Foi seu autor o cirurgião da cidade do Porto António Rodrigues Portugal (1738-1788?)¹⁸, que também traduziu do latim para português a *Pharmacopea Meadiana*, de Ricardo Mead (1673-1754), publicada em 1768¹⁹.

¹⁵ João VIGIER, *Pharmacopea Ulyssiponense*. Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716. Veja-se, também, João Rui PITA, “A Pharmacopea Ulyssiponense (1716) de João Vigier”, in *Pharmacopea Ulyssiponense* (edição em facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017 [pp. 5-21].

¹⁶ Manuel Rodrigues COELHO, *Pharmacopea Tubalense*. Lisboa, Of. António de Sousa da Silva, 1735.

¹⁷ Manuel Rodrigues COELHO, *Pharmacopea Tubalense*. Roma, na Officina de Balio Geredini, 1760.

¹⁸ António Rodrigues PORTUGAL, *Pharmacopea Portuense*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1766. Luís de PINA, “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico*, Nova série 45:840 (1967), pp. 465-478.

¹⁹ Ricardo MEAD, *Pharmacopea Meadiana*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1768 (tradução de António Rodrigues Portugal).

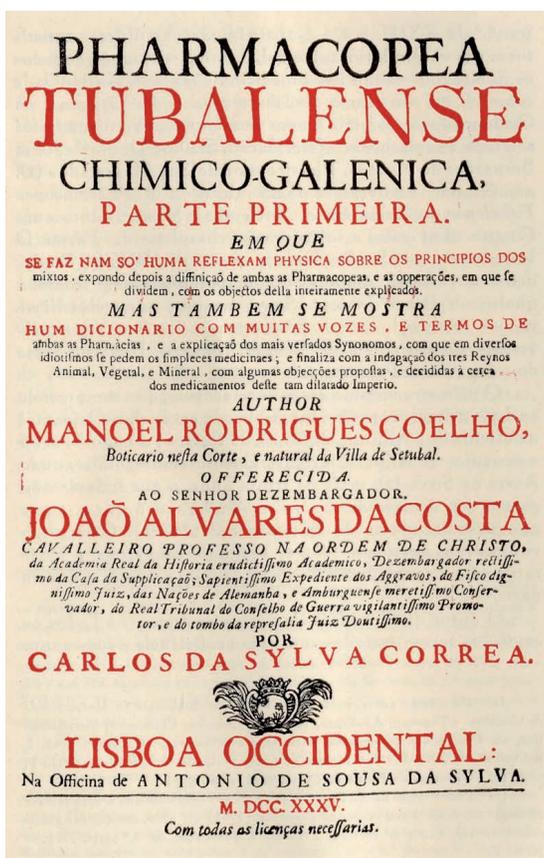


Figura 3 – Frontispício da *Pharmacopea Tubalense*

Em 1772 foi impressa a primeira parte da *Pharmacopea Dogmatica*²⁰, da autoria do boticário conventual Frei João de Jesus Maria (segunda parte em 1777). Um terceiro volume desta obra, que

²⁰ João de Jesus MARIA, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-practica*. Porto, Officina de António Álvares Ribeiro Guimarães, 1772. Veja-se, embora de âmbito mais alargado, o estudo de Wellington Bernardelli Silva FILHO, *Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

não foi editado – está ainda manuscrito –, encontra-se no Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, em Coimbra. Esta obra com uma estruturação muito própria mostra a importância da farmácia conventual em Portugal, pois o autor era religioso do Mosteiro de Santo Tirso. A farmacopeia apresenta uma quantidade muito grande de drogas e tentou conciliar os medicamentos galénicos com os medicamentos químicos, mas a sua estrutura e os conteúdos configuram uma farmacopeia pouco convencional no sentido em que se encontravam as farmacopeias ou os livros de farmácia em finais do século XVIII.

Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829)²¹, boticário e médico, publicou a primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense* em 1785. Esta obra teve uma segunda edição em 1802²². O autor estava consciente de que havia necessidade de ser publicada uma nova farmacopeia que estivesse adaptada às modificações científicas, em particular botânicas e químicas, na sequência da revolução química de Lavoisier e das classificações naturalistas de Lineu. Recorde-se que, desde a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772, esta instituição, através da Faculdade de Medicina, tinha por objetivo editar uma farmacopeia oficial. Em 1785 isso ainda não se tinha verificado e deste modo Henriques de Paiva publicou a sua farmacopeia, que teve uma segunda edição em 1802. A primeira edição desta obra marca o final da publicação de farmacopeias não oficiais no século XVIII até à publicação da primeira farmacopeia oficial portuguesa.

²¹ João Rui PITA, “Contributos para a história das farmacopeias portuguesas. Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a *Farmacopéa Lisbonense*”: *Cadernos de Cultura: A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 22 (2008), pp. 126-130.

²² Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785; *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802; Manuel Joaquim Henriques de PAIVA (tradução), *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Olisipone, Ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.

O início da publicação de farmacopeias oficiais

Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopeia Geral*²³. Esta obra, embora não estando assinada, foi escrita por Francisco Tavares (1750-1812), médico e professor da farmácia na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Francisco Tavares foi um dos mais prestigiados professores da Faculdade de Medicina do seu tempo. Natural de Coimbra, era filho de Manuel António Tavares, destacado boticário estabelecido em Coimbra. Francisco Tavares estudou medicina na Universidade de Coimbra e formou-se em 1771.

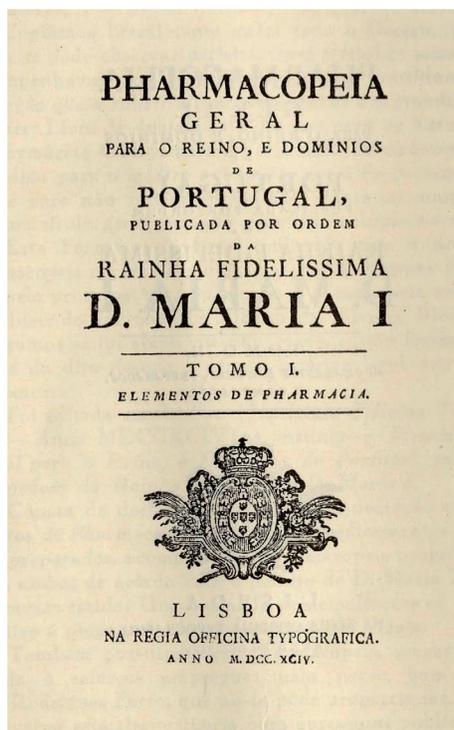


Figura 4 – Frontispício da *Pharmacopeia Geral*

²³ João Rui PITA, “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999), pp. 47-100.

A *Pharmacopeia Geral* foi publicada vinte e dois anos após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, de 1772. A relação entre a reforma pombalina e a farmacopeia oficial é direta: os novos *Estatutos* da Universidade de Coimbra (1772) atribuíam à Faculdade de Medicina a elaboração de uma farmacopeia oficial – a primeira do país, de acordo com as então mais modernas tendências normalizadoras da farmácia e do medicamento. A farmacopeia foi atribuída a outro professor, mas foi Francisco Tavares que a redigiu. A obra divide-se em duas partes, a primeira estava dedicada à farmácia e a segunda tratava das matérias-primas para os medicamentos e respetiva preparação e formulário. Para elaborar a obra, Francisco Tavares adaptou dois livros que tinha publicado anos antes: *De pharmacologia libellus*²⁴ (editado em 1786) e *Medicamentorum sylloge*²⁵ (editado em 1787). A *Pharmacopeia Geral*²⁶ é constituída por um conjunto de fórmulas de medicamentos – 252, sob forte influência da *Pharmacopoeia Edimburgensis*: 60% das fórmulas são provenientes da congénere de Edimburgo, outras 13% são provenientes da *Pharmacopoeia Suecica*, da *De Pharmacologia Libellus* provêm 10% das fórmulas e 3% foram retiradas do *New Dispensatory* (Lewis) e ainda da *Pharmacopoeia Londinensis*²⁷. Tratava-se, portanto, de uma obra sustentada em farmacopeias de referência na Europa.

²⁴ Francisco TAVARES, *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomodatus*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1786.

²⁵ Francisco TAVARES, *Medicamentorum sylloge propriae pharmacologicae exempla sistens in usum academicarum praelectionum*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1787.

²⁶ *Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*. 2 vols. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1794. João Rui PITA, “A *Pharmacopeia Geral*: a primeira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 3-22.

²⁷ João Rui PITA, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836)*. *Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996 vol. 1, p. 244. Tese de doutoramento.

A *Pharmacopeia Geral* surge como necessidade de resposta a vários problemas: desde logo, a normalização de matérias-primas e técnicas operatórias imprescindíveis à preparação dos medicamentos, depois a necessidade de harmonizar a prescrição médica. Tinha também um grande relevo no ensino da farmácia. O seu papel normalizador revelava-se da maior importância. A publicação de uma farmacopeia oficial veio contribuir para os objetivos da normalização sanitária, acompanhando o que se ia fazendo na Europa no movimento sanitário internacional em matérias de saúde pública, situação emergente e inovadora²⁸.

Se a farmacopeia enquanto livro oficial se encontrava em sintonia com as movimentações internacionais, o mesmo não se poderá dizer relativamente à atualização do seu conteúdo científico. Com efeito, a *Pharmacopeia Geral* levantou muitas críticas quando foi publicada pela primeira vez em 1794, pois estava um pouco desatualizada do ponto de vista químico. E assim se manteve nas edições/reimpressões seguintes (1822, 1823 e 1824), pois estas eram semelhantes à edição original, o que ocasionou diversas interpretações e explicações.

Farmacopeias não oficiais em Portugal entre 1794 e 1835

A publicação da *Pharmacopeia Geral*, em 1794, não impediu o surgimento de outras farmacopeias não oficiais, embora, em teoria, pudesse ter esse efeito dissuasor. A *Pharmacopeia Geral* foi substituída pela segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Código Pharmaceutico Lusitano*, em 1835. Isto é, manteve-se como livro oficial durante cerca de quatro décadas. E quando surgiu já estava desatualizada do ponto de vista químico. Esta foi a principal razão

²⁸ Glenn SONNEDECKER, "The founding period of the U.S. Pharmacopeia. I. European Antecedents": *Pharmacy in History* 35.4 (1993), pp. 151-162.

da continuidade de publicação de farmacopeias não oficiais. As obras que se vieram a publicar entre 1794 e 1835 eram, na sua generalidade, muito atualizadas cientificamente.

Assim, Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) publicou a segunda edição da *Farmacopéa Lisbonense*²⁹. A farmacopeia não é pormenorizada no que respeita à descrição das drogas, mas utiliza, desde logo, a nova nomenclatura química de Lavoisier, o que se mostrava inovador. Em 1805, o boticário António José de Sousa Pinto (1775-1853) publicou também a *Pharmacopea Chymica, Medica e Chirurgica*³⁰. Em 1819, o cirurgião Jacinto da Costa (1770-1850?) viu publicada a sua *Pharmacopea naval e castrense*³¹, uma obra em dois volumes. No primeiro volume trata das drogas aplicadas à terapêutica e no segundo trata da farmácia prática. Em 1833, o bacharel de medicina B.J.O.T. Cabral publicou a *Pharmacopea das pharmacopeas nationaes e estrangeiras*³², uma farmacopeia que era um conjunto de fórmulas de prestigiadas farmacopeias estrangeiras, sendo referidas as farmacopeias de Baumé, de Edimburgo, de França, de Espanha, de Londres de Lewis, de Palacios, Suecica, Tubalense, Lusitana, etc.

Face à desatualização da *Pharmacopeia Geral*, Francisco Tavares publicou, em 1809, uma obra intitulada *Pharmacologia*³³, que teve uma edição póstuma em 1829³⁴. Embora não se tratasse de uma farmacopeia, Francisco Tavares, tal como outros autores fizeram,

²⁹ Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. 2.^a ed. Lisboa: Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802.

³⁰ António José de Sousa PINTO, *Pharmacopea Chymica, Medica, e Chirurgica*. Lisboa, Impressão Regia, 1805.

³¹ Jacinto da COSTA, *Pharmacopea naval e castrense*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1819.

³² B.J.O.T. CABRAL, *Pharmacopea das pharmacopeas nationaes e estrangeiras*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1833.

³³ Francisco TAVARES, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accommodate*. Conimbricæ, Typis Academicis, 1809.

³⁴ Francisco TAVARES, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accommodate*. Conimbricæ, Typographia Academico Regia, 1829.

publicou um tratado que, por um lado, mostrava a atualização de conhecimentos do autor e que, por outro, colocava à disposição dos interessados uma obra de relevância para a sua atividade profissional.

As farmacopeias oficiais portuguesas de finais do século XIX até ao século XX

Durante o século XIX e até à primeira metade do século XX foram publicadas em Portugal três farmacopeias, duas delas com diferentes edições: o *Código Pharmaceutico Lusitano* (1.^a edição, 1835), a *Pharmacopôea Portuguesa* (1876) e a *Farmacopeia Portuguesa* (1.^a edição, 1935).

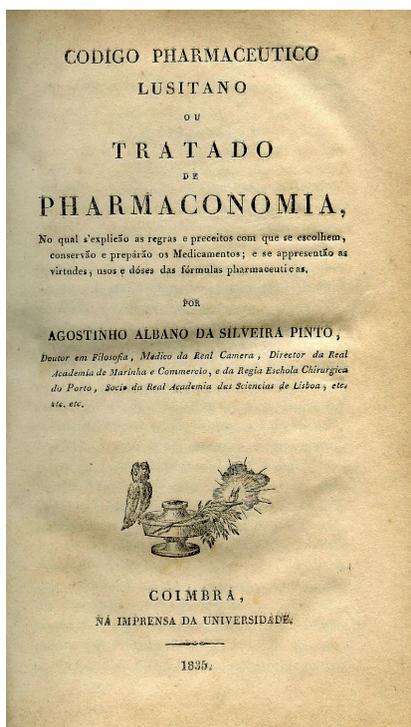


Figura 5 – Frontispício do *Código Pharmaceutico Lusitano* (1.^a ed.)

O *Código Pharmaceutico Lusitano* foi escrito por Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852), médico formado em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra. Uma das principais razões que motivou a redação daquela obra foi, justamente, a desatualização da *Pharmacopeia Geral*. Com efeito, o autor escreveu a obra e apresentou-a à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Solicitou que a Faculdade desse a sua opinião sobre a sua aceitação como farmacopeia oficial³⁵. A Faculdade de Medicina sugeriu ajustamentos que foram aceites pelo autor. O *Código Pharmaceutico Lusitano*, nome pelo qual era conhecida genericamente a farmacopeia de 1835, compreendia duas partes: uma primeira, subintitulada *Tratado de Pharmaconomia*, e uma segunda parte, designada por *Pharmacopéa*. Esta nova farmacopeia já incluía um conjunto de várias substâncias ativas extraídas de vegetais, como sejam sais de morfina, de narcotina, de quinino, entre vários. Isto reflete uma boa atualização científica da obra³⁶, havendo recurso a autores importantes da época como Chevreul, Virey, Chevalier, Souberain, entre outros. O *Código Pharmaceutico Lusitano* teve outras edições publicadas após 1835 (1836, 1841, 1846, 1858 e 1876)³⁷, as últimas delas póstumas e organizadas pelo

³⁵ João Rui PITA, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra, Minerva, 1996, p. 229; João Rui PITA, “Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)”: *Munda* 30 (1995), pp. 57-68; Ana Luísa JANEIRA, Ana Maria CARNEIRO, “Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos”: *Prelo* 6 (1985), pp. 95-103.

³⁶ Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835. p. 1.

³⁷ Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 2.^a ed. Porto, Typographia Commercial Portuense, 1836; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 3.^a ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. 4.^a ed. Porto, Typographia da Revista, 1846; Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Typographia da Revista, 1858 (1.^a edição póstuma por José Pereira Reis); Agostinho Albano da Silveira PINTO, *Código Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Em Casa de A.B. da Cruz Coutinho, Editor, 1876 (2.^a edição póstuma por José Pereira Reis).

médico José Pereira dos Reis. Em 1838, foi nomeada uma comissão para dinamizar a publicação de uma nova farmacopeia oficial, o que nunca veio a acontecer³⁸.

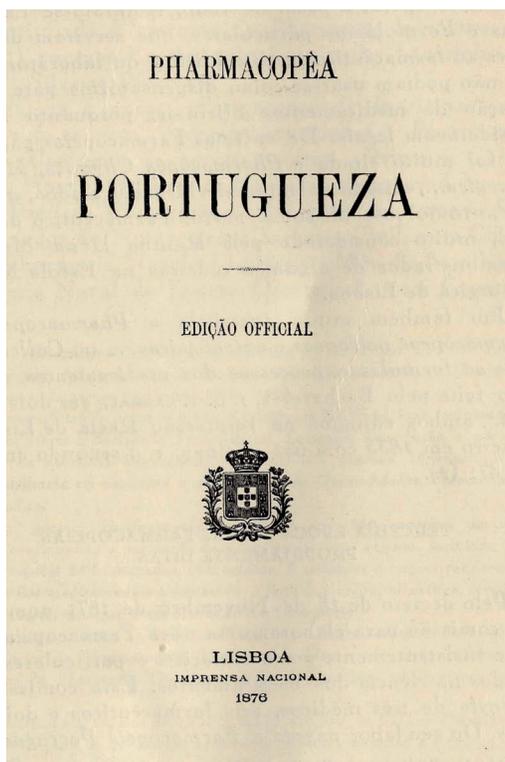


Figura 6 – Frontispício da *Pharmacopêa Portuguesa*

O *Código* manteve-se em vigor até 1876, ano de publicação da terceira farmacopeia oficial portuguesa – a *Pharmacopêa Portuguesa*³⁹. Com esta obra, a Faculdade de Medicina deixou de exercer a sua

³⁸ J. P. Sousa DIAS, “De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)”: *Medicamento, História e Sociedade*, Nova série 6 (1995), p. 3.

³⁹ João Rui PITA, “A *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa” in *Pharmacopêa Portuguesa* (ed. facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 9-18.

tutela na publicação do livro oficial e, pela primeira vez, foi redigida por uma comissão que havia sido presidida pelo conhecido médico Bernardino António Gomes, filho (1806-1877). Esta farmacopeia apresentava na sua estruturação grande proximidade com a farmacopeia que lhe havia de suceder. Esta farmacopeia de 1876 era constituída muito genericamente por uma enorme listagem de matérias-primas e de fórmulas necessárias para a preparação de medicamentos com o objetivo de uniformizar o exercício farmacêutico no que respeitava a preparação dos medicamentos e a sua prescrição, em defesa da saúde privada e pública. Contudo, deve assinalar-se que esta obra se manteve em vigor sem qualquer atualização durante quase seis décadas, num período de significativas alterações e de inovações em matérias farmacêuticas⁴⁰. Isto é: a sua desatualização foi inevitável.

A farmacopeia de 1876 foi substituída pela *Farmacopeia Portuguesa IV*, editada em 1935⁴¹. Contudo, assinala-se que no início do século XX foram nomeadas algumas comissões para trabalhar na publicação de uma nova farmacopeia oficial. Em 1903 e em 1913 foram nomeadas duas comissões, mas por razões políticas e corporativas, estas comissões nunca chegaram a concluir o seu trabalho e a lançar no mercado uma nova farmacopeia oficial.

A *Farmacopeia Portuguesa IV*, que veio substituir a farmacopeia de 1876, foi redigida por uma comissão de farmacêuticos (Presidente, Bernardino Álvaro Vicente de Pinho, 1896-1969), que tiveram como base outras farmacopeias estrangeiras bem como outras obras de referência internacional. A comissão era constituída

⁴⁰ F. J. PUERTO SARMIENTO, *El mito de Panacea – Compendio de Historia de la Terapéutica y de la Farmacia*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1997, pp. 553-621; François CHAST, *Histoire contemporaine des médicaments*. Paris, La Découverte, 1995; François CHAST, “Les médicaments”, in Mirko D. GRMEK (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*. vol. 3. Paris, Seuil, 1999, pp. 215-233.

⁴¹ *Farmacopeia Portuguesa*. Edição Oficial. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.

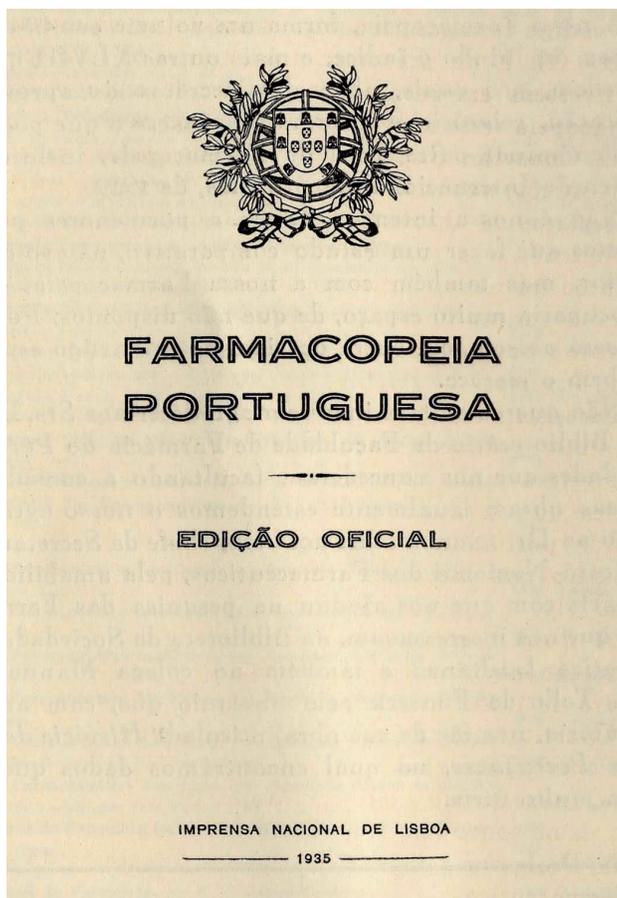


Figura 7 – Frontispício da *Farmacopeia Portuguesa IV* (1.ª ed.)

por cinco membros. Dois deles estavam ligados à inspeção farmacêutica e três à farmácia do exército e naval. Deve assinalar-se que esta edição surge após a revolução política de 28 de maio de 1926, que marcou o final da I República. A *Farmacopeia Portuguesa IV* apresentou, como era inevitável, várias inovações no campo das matérias-primas e dos medicamentos. Teve uma segunda edição em 1946⁴² e foi publicado um anexo em 1961. A edição de 1946

⁴² *Farmacopeia Portuguesa IV*. 2.ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

e o suplemento de 1961 são dois livros que tentaram atualizar a obra de 1935 no que concerne às inovações técnicas e científicas. A *Farmacopeia Portuguesa IV* incluía medicamentos que eram muito importantes na medicina preventiva – as vacinas. E a edição de 1946 inclui de novo a vacina antidiftérica, a vacina antitetânica, ensaios atualizados da aferição da vacina contra a varíola, uma monografia sobre a insulina, etc.

A inovação do suplemento da *Farmacopeia Portuguesa*: a farmacopeia do mundo industrial farmacêutico

No suplemento de 1961 refere-se a *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* cujo objetivo era a revisão periódica da Farmacopeia Portuguesa. Esta Comissão, criada em 1955, teve os seus membros nomeados em 1957. A sua nomeação resultou da necessidade de atualização permanente da obra, fruto das constantes alterações e inovações que surgiam no domínio farmacoterapêutico, de forma a não decorrer um dilatado período de tempo entre a publicação das diferentes edições. Este estado de coisas veio valorizar bastante a farmacopeia e a sua atualidade científica. A *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* era constituída por 19 membros e dela faziam parte representantes de diferentes instituições: Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e Escolas de Farmácia de Lisboa e Coimbra, Direção Geral de Saúde, Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, Laboratório de Patologia Veterinária, Faculdade de Ciências do Porto, Ordem dos Médicos, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, Hospitais Cívicos de Lisboa e Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santa Maria. A justificação para a publicação de um suplemento e não de uma nova farmacopeia foi a necessidade de atualizar com a maior brevidade os conteúdos da *Farmacopeia*

Portuguesa IV, o que seria mais fácil com um suplemento e não tanto com a publicação de uma nova obra. Assim, em 1961 surgiu o *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*.

Os diferentes conteúdos insertos no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* foram trabalhados por diferentes subcomissões, a saber: de química farmacêutica, farmacognosia, soros e vacinas, antibióticos, aferições biológicas e farmacodinâmicas, farmácia galénica e formulário, produtos de sutura e pensos, introdução de medicamentos novos e redação e coordenação. Estas subcomissões eram constituídas por membros da Comissão de acordo com a sua área de especialização.

O suplemento à *Farmacopeia Portuguesa IV* foi impresso num sistema de folhas soltas, autorizado superiormente em 1960⁴³. Este, de acordo com a comissão responsável pela sua atualização, era “a forma mais conveniente de editar uma obra sujeita a tão frequentes alterações”⁴⁴. Este sistema de folhas mostrava-se original nas farmacopeias portuguesas. O corpo principal da farmacopeia era em livro e o suplemento em folhas em *dossier*. O suplemento foi planificado em doze diferentes secções organizadas de A a M e distribuídas do seguinte modo: A – Prefácio, B – Advertências, C – Monografias, D – Reagentes, E – Elementos de estatística, F – Métodos físico-químicos, G – Aferições de carácter farmacodinâmico, H – Métodos microbiológicos e imunológicos, I – Denominações comuns dos medicamentos, J – Tabelas, L – Legislação e M – Corrigença e anotações à Farmacopeia Portuguesa (IV).

Na escolha dos fármacos a serem incluídos na farmacopeia a Comissão teve em consideração “os fármacos cuja inclusão pareceu mais urgente pelo interesse terapêutico que apresentavam e pela necessidade de fixar as normas da sua verificação”, como os antibió-

⁴³ Decreto-lei n.º 42 824 de 28 de janeiro do Ministério da Saúde e Assistência, Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 22 de 28 de janeiro de 1960.

⁴⁴ *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1961, Secção A, p. IV.

ticos. No capítulo H foram descritos “os Métodos microbiológicos e imunológicos necessários à verificação dos antibióticos, assim como o Ensaio de Pirogénios e as Provas de esterilidade”. No capítulo C do *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* vemos incluídas diversas monografias referentes a antibióticos. Encontram-se descritas as monografias da Bacitracina, Cloranfenicol, Cloridrato de tetraciclina, Penicilina (Benzilpeniciliato de potássio e de sódio), Penicilina benzatina, Penicilina procaína, Solução injetável de penicilina extemporânea, Solução injetável de sulfato de estreptomicina extemporânea, Sulfato de dihidroestreptomicina, Sulfato de estreptomicina, Sulfato de neomicina, Supositórios de cloranfenicol, Suspensão injetável de penicilina-benzatina, Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina e estreptomicina extemporânea e Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina extemporânea. No capítulo H, onde se descrevem os métodos microbiológicos e imunológicos, encontram-se especificados os métodos para a aferição biológica dos antibióticos. No caso da penicilina, aborda-se a penicilina sódica ou potássica, a penicilina-procaína e a penicilina-benzatina, sendo discriminados os meios de cultura que devem ser utilizados, o modo de preparação da suspensão bacteriana, da solução padrão, da solução da amostra, das placas e a determinação da potência.

Com a inclusão da penicilina e dos restantes antibióticos no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*, o Estado colocou a sua “chancela oficial num lote de produtos necessários à produção de medicamentos”⁴⁵, garantindo a implementação de normas de qualidade.

O *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* surge vinte e cinco anos antes da publicação da *Farmacopeia Portuguesa V* e marca uma viragem relevante para o mundo industrial farmacêutico, sendo

⁴⁵ João Rui PITA, *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 19.

os antibióticos um caso paradigmático. Recorde-se que a penicilina pode simbolizar, porque de facto o fez, a alteração profunda operada na indústria farmacêutica, não só portuguesa como mundial⁴⁶. As abordagens realizadas na obra para outros antibióticos acentuam ainda mais a vocação da farmacopeia para uma farmácia pós-manipulação e essencialmente industrial. Depois, a inserção de abordagens de reagentes, de elementos de estatística, dos métodos físico-químicos inseridos, das aferições de caráter farmacodinâmico e de diferentes métodos microbiológicos e imunológicos remetem-nos para uma farmacopeia bem distinta da farmácia oficial.

A influência da Farmacopeia Europeia e a globalização da *Farmacopeia Portuguesa*

A *Farmacopeia Portuguesa IV* vigorou oficialmente até 1986. Nesse ano foi publicada a *Farmacopeia Portuguesa V*⁴⁷, isto é, a quinta farmacopeia oficial portuguesa. Esta obra é da autoria de uma comissão oficial presidida por Barros Polónia e depois interinamente Luís Nogueira Prista, professores da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Esta farmacopeia portu-
gue-

⁴⁶ Sobre a relação entre a penicilina e a industrialização do medicamento em Portugal, veja-se: Victoria BELL, *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. Sobre a receção da penicilina em Portugal, vejam-se, também, os estudos seguintes: Victoria BELL, João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “A introdução da penicilina nos Hospitais da Universidade Coimbra, Portugal (1944-1946)”: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 68:1 (2016), p. 137 [16 p.] (<http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2016.16>); Victoria BELL, João Rui PITA, Ana Leonor PEREIRA, “Regulação, circulação e distribuição da penicilina em Portugal (anos 40 e 50 do século XX)”: *Dynamis. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 37:1 (2017), pp. 159-186; Victoria BELL, *Penicilina em Portugal (anos 40-50 do século XX): receção, importação e primeiros tratamentos*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

⁴⁷ *Farmacopeia Portuguesa V*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

sa foi fortemente marcada pela *Farmacopeia Europeia* e traduz a influência da adesão de Portugal à União Europeia. Trata-se de uma tradução adaptada da segunda edição da *Farmacopeia Europeia*, tendo-se aplicado a Convenção relativa à elaboração de uma Farmacopeia Europeia. Entre 1986 e 1995 foram publicados doze tomos da farmacopeia. Recorde-se que Portugal teve em 1980 o estatuto de observador da Comissão da Farmacopeia Europeia e membro em 1989, durante a 428.ª Reunião do Conselho da Europa em Estrasburgo, depois de ter solicitado para aderir à Convenção para a elaboração de uma Farmacopeia Europeia.

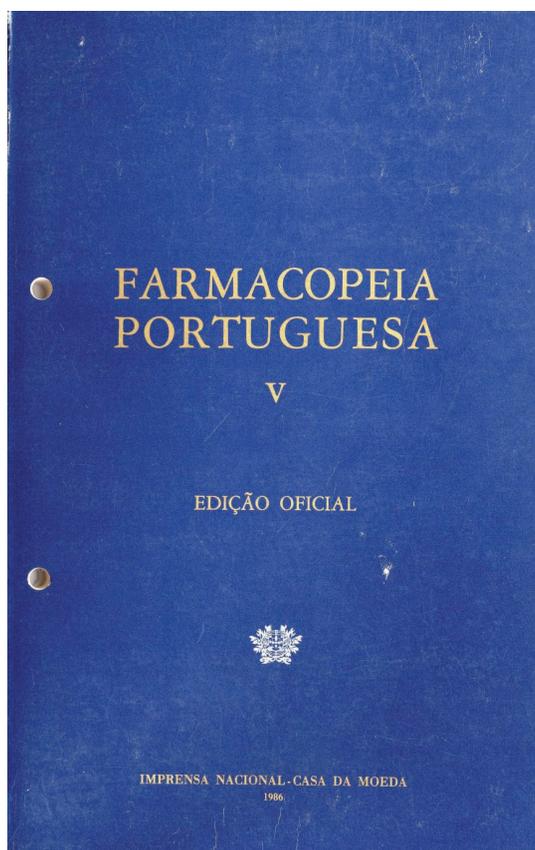


Figura 8 – Capa da *Farmacopeia Portuguesa V* (1.ª ed.)

Em 1996, a Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa passou a designar-se por Comissão da Farmacopeia Portuguesa – CFP, sendo considerada um órgão consultivo do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento – INFARMED. Recorde-se que em 1984 a então Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa passou a constituir uma comissão técnica especializada da então Direção Geral de Assuntos Farmacêuticos – DGAF. Em 1997, foi publicada a sexta farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia Portuguesa VI*⁴⁸, novamente da autoria de uma Comissão, desta feita presidida por Rui Morgado, também professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Esta obra teve suplementos em 1998, 1999, 2000 e 2001 e foi a primeira a ser editada integralmente sob a responsabilidade do INFARMED. Entre diversas inovações do ponto de vista científico e técnico, assinala-se que esta farmacopeia inclui um conjunto de monografias em harmonização com monografias das congéneres, além da Europeia, dos Estados Unidos da América do Norte e do Japão. A *Farmacopeia Portuguesa VI* foi a primeira a ser editada sob a total responsabilidade do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), atualmente designado de Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. Em 2002 foi editada a *Farmacopeia Portuguesa VII*⁴⁹, a sétima farmacopeia oficial portuguesa. A responsabilidade autoral incumbe a uma comissão oficial também presidida por Rui Morgado, sendo em dois volumes, com uma periodicidade trienal, editada pela primeira vez em CD Rom. A *Farmacopeia Portuguesa VIII*⁵⁰ foi editada em 2005 e foi uma adaptação da quinta edição da Farmacopeia Europeia. A *Farmacopeia Portuguesa IX*⁵¹, a quarta a ser editada sob a

⁴⁸ *Farmacopeia Portuguesa VI*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 1997.

⁴⁹ *Farmacopeia Portuguesa VII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2002.

⁵⁰ *Farmacopeia Portuguesa VIII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2005.

⁵¹ *Farmacopeia Portuguesa IX*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2008.

responsabilidade do INFARMED desde a sua criação em 1993, foi publicada em 2008 e teve oito suplementos: três em 2008; dois em 2009; e três em 2010, de acordo com a influência da *Farmacopeia Europeia*⁵². Deve acrescentar-se que as sucessivas edições da *Farmacopeia Portuguesa*, desde 1986, resultam de traduções-adaptações da *Farmacopeia Europeia*.

O processo de globalização científica e tecnológica no que respeita aos medicamentos, o aumento da atividade comercial entre estados e a maior dinamização de relações entre diferentes países começaram a exigir uma harmonização internacional entre a legislação e processos normativos diversos. Entre vários tópicos que poderiam ser equacionados, sublinhe-se que os três pontos básicos desta tendência normalizadora da globalização das farmacopeias são “as práticas farmacopeicas padronizadas (“Boas Práticas Farmacopeicas” [GPhP]), a colaboração entre as farmacopeias e a aceitação regulamentar”⁵³ em benefício da saúde privada e pública.

Conclusão

Pelo que foi exposto, verifica-se que foram publicadas farmacopeias portuguesas desde o início do século XVIII. A primeira farmacopeia portuguesa – *Pharmacopea Lusitana* – foi publicada em 1704. Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa – *Pharmacopeia Geral*. Hoje, o nome farmacopeia continua a ser escrito na capa daquelas obras – a farmacopeia

⁵² J. CONCEIÇÃO, J. R. PITA, M. ESTANQUEIRO, J. S. LOBO, “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”: *Acta Farmacêutica Portuguesa* 3:1 (2014), pp. 47-65.

⁵³ J. CONCEIÇÃO, J. R. PITA, M. ESTANQUEIRO, J. S. LOBO, “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”, op. cit., p. 58, citando J. M. WIGGINS, H. D. SCHNEIDER Jr, “Compendial Globalization: Achieving Harmonization through Standardized Practices and Collaboration”: *Pharmaceutical Technol.* 36:4 (2012), pp. 94-101.

existe em Portugal há mais de trezentos anos. As farmacopeias portuguesas tentaram transpor para Portugal as inovações científicas e técnicas que se iam operando no estrangeiro. Tratava-se, portanto, de uma tendência globalizante das farmacopeias que foi retomada, noutros moldes e com outro contexto de política global, de um modo mais consistente e normalizado, com a *Farmacopeia Europeia* e a universalização farmacopeica verificada após 1986. Ao longo da história, as farmacopeias tiveram objetivos muito importantes em benefício da saúde privada e pública. Se inicialmente a normalização dos formulários era, muito provavelmente, um dos objetivos mais relevantes de uma farmacopeia, com o avançar dos anos, a análise de matérias-primas e medicamentos, a melhoria da qualidade dos medicamentos e da segurança com os medicamentos tornaram-se tópicos prioritários.

Referências bibliográficas

- BELL, Victoria, *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade (anos 40 a 60 do século XX) estudo de caso da penicilina*. Coimbra, Universidade de Coimbra – Tese de doutoramento, 2014.
- BELL, Victoria, *Penicilina em Portugal (aos 40-50 do século XX): receção, importação e primeiros tratamentos*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- BELL, Victoria; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “A introdução da penicilina nos Hospitais da Universidade Coimbra, Portugal (1944-1946)”: *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 68:1 (2016), p. 137 [16 p.]
- BELL, Victoria; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “Regulação, circulação e distribuição da penicilina em Portugal (anos 40 e 50 do século XX)”: *Dynamis. Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam* 37:1 (2017), pp. 159-186.
- BRITO, Maria Fernanda de, “Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 10 (1996), pp. 56-57.
- CABRAL, B.J.O.T., *Pharmacopea das pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1833.
- CHAST, François, “Les médicaments”, in Mirko D. GRMEK (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*. vol. 3. Paris, Seuil, 1999, pp. 215-233.
- CHAST, François, *Histoire contemporaine des médicaments*. Paris, La Découverte, 1995.

- COELHO, Manuel Rodrigues, *Pharmacopea Tubalense*. Lisboa, Of. António de Sousa da Silva, 1735.
- COELHO, Manuel Rodrigues, *Pharmacopea Tubalense*. Roma, na Officina de Balio Geredini, 1760.
- CONCEIÇÃO, J.; PITA, J. R.; ESTANQUEIRO, M.; LOBO, J. S., “As farmacopeias portuguesas e a saúde pública”: *Acta Farmacêutica Portuguesa* 3:1 (2014), pp. 47-65.
- COSTA, Jacinto da, *Pharmacopea naval e castrense*. 2 vols. Lisboa, Impressão Regia, 1819.
- DIAS, J. P. Sousa, “De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)”: *Medicamento, História e Sociedade*, Nova série, 6 (1995), pp. 1-8.
- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui, “A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista”, in *A Botica de São Vicente de Fora* (catálogo de exposição). Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.
- DIAS, J. P. Sousa; PITA, João Rui, “L’influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII^{ème} siècle: Nicolas Lémery”: *Revue d’histoire de la pharmacie* 300 (1994), pp. 84-90.
- Farmacopeia Portuguesa*. Edição Oficial. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.
- Farmacopeia Portuguesa IV*. 2.^a ed. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.
- Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1961.
- Farmacopeia Portuguesa V*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- Farmacopeia Portuguesa VI*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 1997.
- Farmacopeia Portuguesa VII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2002.
- Farmacopeia Portuguesa VIII*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2005.
- Farmacopeia Portuguesa IX*. Lisboa, Ministério da Saúde, Infarmed, 2008.
- FILHO, Wellington Bernardelli Silva, *Entre as mezinbas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica, galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017.
- FOLCH Y ANDREU, R., “As farmacopeias portuguesas”: *Notícias Farmacêuticas* 10.3-4 (1943), pp. 201-253.
- GAMA, Jorge, “Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa”: *Anais Azevedos* 5.5 (1953), pp. 259-267.
- GUERRA, F. Carvalho; ALVES, A. Correia, “Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 815-834.
- JANEIRA, Ana Luísa; CARNEIRO, Ana Maria, “Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos”: *Prelo* 6 (1985), pp. 95-103.
- MARIA, João de Jesus, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*. Porto, Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772.
- MEAD, Ricardo, *Pharmacopea Meadiana*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1768 (tradução de António Rodrigues Portugal).

- MORA, José A. Damas, “Breve nota sobre as farmacopeias escritas em português”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.4 (1979), pp. 358-363.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de PAIVA, *Farmacopéa Lisbonense*. 2.^a ed. Lisboa, Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de (tradução), *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Olisipone, Ex Typograp. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.
- PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de, *Farmacopéa Lisbonense*. Lisboa, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785.
- PARENTE, Maria Celina, “Farmacopeia Bateana”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 27 (1999), pp. 38-40.
- PARENTE, Maria Celina, “Farmacopeia Lusitana: privilégios”: *Revista da Ordem dos Farmacêuticos* 25 (1998), pp. 46-47.
- Pharmacopeia Geral para o reino, e domínios de Portugal*. 2 vols. Lisboa: Regia Officina Tipográfica, 1794.
- PINA, Luís de, *No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense, de António Rodrigues Portugal (1766-1966)*. Sep de *O Médico*, 847, 1967.
- PINA, Luís de, “A ‘Farmacopeia’ de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)”, in *Actas do II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia*, vol. 3. Porto, 1952, pp. 793-807.
- PINA, Luís de, “No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)”: *O Médico*. Nova série 45:840 (1967), pp. 465-478.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 4.^a ed. Porto, Typographia da Revista, 1846.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Typographia da Revista, 1858 (1.^a edição póstuma por José Pereira Reis).
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. Porto, Em Casa de A.B. da Cruz Coutinho, Editor, 1876 (2.^a edição póstuma por José Pereira Reis).
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 2.^a ed. Porto, Typographia Commercial Portuense, 1836.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*. 3.^a ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841.
- PINTO, António José de Sousa, *Pharmacopea Chymica, Medica, e Chirurgica*. Lisboa, Impressão Regia, 1805.
- PITA, João Rui (coord.), SANTO ANTÓNIO, D. Caetano de, *Pharmacopeia Lusitana* (1704), Coimbra, Minerva, 2000.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’”, in *Pharmacopeia Lusitana*. Coimbra, Minerva, 2000, pp. IX-XXV.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876: a terceira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopêa Portuguesa* (ed. facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 9-18.

- PITA, João Rui, “A *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716) de João Vigier”, in *Pharmacopea Ulyssiponense* (edição em facsimile). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 5-21.
- PITA, João Rui, “A *Pharmacopeia Geral*: a primeira farmacopeia oficial portuguesa”, in *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 3-22.
- PITA, João Rui, “Brief history of Portuguese pharmacopoeias”, in <https://histpharm.org/working-group-history-of-pharmacopoeias/> (acedido a 21 de maio de 2018).
- PITA, João Rui, “Contributos para a história das farmacopeias portuguesas. Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéa Lisbonense”: *Cadernos de Cultura: A Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 22 (2008), pp. 126-130.
- PITA, João Rui, “Os 300 anos da primeira farmacopeia portuguesa. A publicação da *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António”: *CentroBeira Informação* 4 (2004), pp. 20-24.
- PITA, João Rui, “Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (*Pharmacopeia Geral*, 1794)”: *Munda* 30 (1995), pp. 57-68.
- PITA, João Rui, “Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)”: *Revista de História das Ideias* 20 (1999), pp. 47-100.
- PITA, João Rui, *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.
- PITA, João Rui, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996 (tese de doutoramento).
- PITA, João Rui, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra, Minerva, 1996.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “A bela idade da Farmacopeia Portuguesa: 300 anos”: *Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI* 19 (2005), pp. 85-94.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, “Botica, farmacopeia conventual e farmácia. A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704)”, in Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Mosteiro e saúde – Cerca, botica e enfermaria. Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões, 2008, pp. 95-107.
- PORTUGAL, António Rodrigues, *Pharmacopea Portuense*. Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1766.
- PUERTO SARMIENTO, F. J., *El mito de Panacea – Compendio de Historia de la Terapéutica y de la Farmacia*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1997.
- ROSENDO, Joaquim, *Farmacopeias portuguesas*. Lisboa, Ed. Lab. Vicente Ribeiro & C., 1952.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 4.^a ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1754.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 2.^a ed. Lisboa, Mosteiro de São Vicente de Fóra, 1711.

- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. 3.^a ed. Lisboa, Officina de Francisco Xavier de Andrade, 1725.
- SANTO ANTÓNIO, Caetano de, *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra, Joam Antunes, 1704.
- SILVA, A. C. Correia da, “Frei João de Jesus Maria e a Farmacopeia Dogmática”: *Revista Portuguesa de Farmácia* 29.3 (1979), pp. 272-279.
- SONNEDECKER, Glenn, “The founding period of the U.S. Pharmacopeia. I. European Antecedents”: *Pharmacy in History* 35.4 (1993), pp. 151-162.
- TAVARES, Francisco, *De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomadodatus*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1786.
- TAVARES, Francisco, *Medicamentorum sylloge propriae pharmacological exempla sistens in usum academicarum praelectionum*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1787.
- TAVARES, Francisco, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accomodate*. Conimbricae, Typis Academicis, 1809.
- TAVARES, Francisco, *Pharmacologia novis recognita curis, aucta, emendata, et bodierno saeculo accomodate*. Conimbricae, Typographia Academico Regia, 1829.
- VIGIER, João, *Pharmacopea Ulyssiponense*. Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716.